

GERHARDT, Ana Flávia Magela; AMORIM, Marcel Alvaro de (org.). *A BNCC e o ensino de línguas e literaturas*. 2.ed. revista e ampliada. Campinas: Pontes Editores, 2022. 329 p.

Paula De Col Campanha

 <http://orcid.org/0009-0004-4478-7631>

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/PPGLetras-Sinop)

Leandra Ines Segnafredo Santos

 <http://orcid.org/0000-0003-0388-0106>

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/PPGLetras-Sinop)

Vanessa Fabíola Silva de Faria

 <http://orcid.org/0000-0002-5930-2674>

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/PPGLetras-Sinop)

O ensino de línguas e literaturas proposto pela BNCC sob a perspectiva de linguistas aplicados

Dada a relevância social da Base Nacional Comum Curricular na formação dos estudantes brasileiros, nos propomos a conhecer o livro “A BNCC e o ensino de línguas e literatura”, organizado por Ana Flávia Lopes Magela Gerhardt, pesquisadora na área de Linguística Aplicada e professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e por Marcel Alvaro de Amorim, também pesquisador na área de Linguística Aplicada e professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O livro é dividido em 10 capítulos, os quais colocam em debate algumas controvérsias observadas na BNCC e destacam que a implementação desse documento curricular exige uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica e a função da escola na formação cidadã, humana e social dos estudantes.

No capítulo 1, o Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan debate a relação entre currículo e ensino e, com base nisso, questiona a ideia falaciosa de que a construção de um bom currículo culminará em um ensino de qualidade. Segundo Rajagopalan, essa falácia pode ser observada na BNCC, pois o documento supõe que a igualdade educacional será alcançada quando as aprendizagens essenciais previstas no currículo forem asseguradas aos estudantes. O autor destaca, todavia, que os problemas educacionais brasileiros possuem particularidades muito específicas para serem solucionados de maneira tão simplista. Assim, a fim de que um currículo “mais sensato” seja pensado, Rajagopalan propõe que a

abordagem do ensino seja centrada nas demandas dos discentes considerando a realidade e contexto social em que estão inseridos.

No capítulo 2, a professora Dra. Anabelle Loivos, da UFRJ, discute como aconteceu a reforma do Ensino Médio imposta por meio da Medida Provisória 746/2016, quais os possíveis interesses dos indivíduos que estavam envolvidos na elaboração e implantação da medida, bem como as implicações dessa nova proposta de ensino na formação dos estudantes. A autora demonstra que a reforma do Ensino Médio propõe uma educação pautada nas tendências neoliberalistas que visam à formação de mão de obra para o mercado de trabalho em detrimento da educação cidadã e crítica. Além disso, a reforma possui diversas fragilidades e pontos problemáticos, os quais destacamos: o curto espaço de tempo de discussão da proposta; a ausência de debate público; a imposição “de cima para baixo” da MP; a desvalorização do trabalho docente; a vaguezza do plano de implementação, dentre outros.

No terceiro capítulo, a professora da UFRJ, Ana Flávia Lopes Magela Gerhardt, questiona as implicações da ausência de uma definição explícita de aprendizado na BNCC para o ensino como um todo e, em particular, para o ensino de língua portuguesa. Para a autora, o documento se exime de assumir uma concepção de aprendizagem com o propósito de permitir que o indivíduo leigo infira uma noção de aprendizagem advinda do senso comum, deixando de lado concepções aceitas e discutidas pelos estudiosos em ensino. Ainda, a pesquisadora também questiona e critica as noções de competências e habilidades, as quais se baseiam em percepções de ensino que colocam o indivíduo em posições passivas diante dos fatos do mundo.

No quarto capítulo, a professora da UFRJ, Paula Tatianne Carréra Szundy, identifica quais são as ideologias linguísticas e práticas de letramentos deslegitimadas na BNCC e as possíveis consequências desse processo no ensino aprendizagem de língua inglesa. Sendo assim, a estudiosa explicita que houve uma guinada conservadora na versão final da BNCC, visto que questões relativas à identidade de gênero, racismo e sexualidade foram excluídas, silenciadas ou substituídas pela ideologia neoliberal. A autora também realiza algumas reflexões acerca do ensino de língua inglesa como língua franca proposto pela BNCC e menciona que tal concepção também está à disposição do neoliberalismo, já que coaduna com o desenvolvimento de competências e habilidades a fim de formar estudantes que utilizam a língua sem refletir sobre questões ideológicas, interculturais e políticas.

No capítulo 5, Marcel Alvaro de Amorim, professor da UFRJ, e Tiago Cavalcante da Silva, professor do Colégio Pedro II, questionam o contraditório posicionamento da BNCC que, por um lado, defende a necessidade do trabalho com literaturas marginalizadas e de periferia, mas por outro lado, a partir de seus preceitos e posicionamentos, contribui para a manutenção de desigualdades sociais. Tendo esse paradoxo em mente, os autores discutem os pressupostos assumidos para o ensino de literatura em documentos curriculares anteriores à BNCC, a saber: PCN, PCNEM, PCN+, OCEM e DCNEM. Em seguida, fazem uma apreciação crítica da atual diretriz, delimitando em quais aspectos ela apresenta avanços (ou regressos) em relação aos documentos anteriores. Ao final, os autores propõem o desenvolvimento em sala de aula de uma literatura de (re)existência, que ofereça uma oportunidade para sujeitos que são discriminados socialmente e historicamente de, a partir de suas produções artísticas e literárias, ressignificar suas identidades.

A professora Débora Ventura Klain Nascimento, no capítulo 6, busca compreender a concepção de leitura literária assumida pela BNCC e a forma com que esse documento propõe o desenvolvimento da leitura do texto literário a partir da noção de fruição. Para isso, a autora discute a ideia de fruição e aponta três maneiras de concebê-la: a fruição como compenetração; a fruição focada em um leitor idealizado; e a fruição baseada no poder mediador do contexto. Segundo a pesquisadora, a noção de fruição mais recorrente na BNCC é a de compenetração, a qual, assim como as outras duas discutidas, concentra-se apenas em uma das partes envolvidas no processo de leitura e não alcança a atividade estética da leitura literária como um todo. Para concluir, a autora destaca que, por ter sido desenvolvida em um contexto político e ideológico conflituoso, a BNCC possui algumas concepções contraditórias, a exemplo da concomitância de habilidades que propõem atividades que colocam o indivíduo como leitor responsável ativo frente ao texto literário e habilidades ajustadas à uma educação bancária e que colocam o estudante como passivo frente à leitura literária.

No capítulo 7, os professores Antonio Ferreira da Silva Júnior e Gretel Eres Fernández propõem alguns questionamentos sobre a retirada da língua espanhola do currículo escolar e debatem a imposição da língua inglesa como única língua estrangeira de oferta obrigatória na Educação Básica. Para os autores, a educação linguística observada na BNCC propõe o estudo da língua inglesa tomando-a a partir da concepção de língua franca, ou seja, propõe que os estudantes desconstruam a ideia de superioridade linguística existente entre falantes nativos e não-nativos. Na realidade, porém o que o documento faz é “reforçar

a crença de que existe uma língua mais usual para a comunicação internacional dos sujeitos” (Silva e Fernández, 2022, p. 227). Essa nova configuração do currículo de língua estrangeira, portanto, constitui um atraso na medida em que caminha para um ensino monolíngue com fins mercadológicos, desconsiderando as características multiculturais e plurilíngues da identidade linguístico-cultural brasileira.

No capítulo 8, a professora Luciana Lins Rocha, docente do Colégio Pedro II, e a professora Glenda Cristina Valim de Melo, pesquisadora e docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), observam uma ocultação na BNCC do debate de temas relativos às discriminações direcionadas às minorias por meio de uma proposição de discussões excessivamente generalistas. De forma mais específica, a partir do construto analítico de posicionamento e indexicalidade, as autoras verificam que, ao propor um ensino pautado no combate à discriminação e preconceitos, por exemplo, a BNCC nega e silencia as especificidades que estão inseridas nesse tema guarda-chuva, tais como: racismo, violência de gênero, misoginia, homofobia, dentre outros. De forma mais específica, um documento curricular que propõe temas tão amplos resulta em um ensino que não consegue realizar um aprofundamento em questões de relevância para uma educação engajada socialmente. As análises feitas, portanto, indicam que a BNCC vai na contramão da ideia de que a escola se constitui como um lugar de desconstrução de hegemonias. Como consequência disso, há uma homogeneização do ensino e uma negação do debate de problemas relevantes para a parcela estudantil que se caracteriza como econômica e socialmente fragilizada.

No capítulo 9, o professor Diego Domingues, do Colégio Pedro II, critica a falta de espaço dedicado à Educação de Jovens e Adultos na BNCC e acrescenta que a modalidade é mencionada apenas uma vez, em uma página do documento, o que é insuficiente para uma forma de ensino que atende a um público tão diverso e negligenciado pelas políticas educacionais. Ainda, o docente destaca algumas questões que consideramos relevantes mencionar: a- os primeiros documentos publicados (PCN, PCN+) eram de caráter orientativo (e não normativo como a BNCC) o que promovia certa autonomia para que os professores, juntamente à escola, desenvolvessem currículos adaptados às realidades escolares; b- os DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais) que deram origem às Propostas Curriculares para a EJA, além de proporem orientações para a modalidade, a compreendem de acordo com as especificidades do público atendido pela Educação de Jovens e Adultos, fato que não é observado na BNCC;

Além disso, Domingues demonstra que a BNCC apresenta todas as habilidades, competências e conteúdos mínimos que devem ser desenvolvidos durante a Educação Básica a fim de alcançar a igualdade educacional, entretanto o documento não dá as devidas orientações sobre o que e como ensinar na EJA. Logo, esse pouco espaço dado à EJA na atual diretriz curricular aponta para a forma excludente com que parte da sociedade comprehende e trata essa parcela fragilizada dos estudantes brasileiros.

No último capítulo, os pesquisadores Alexandre José Cadilhe, professor da UFJF, e Anderson Carnin, professor da UNISINOS, buscam compreender quais os impactos da BNCC na formação regular e continuada dos docentes. Para isso, os autores a caracterizam como um documento curricular normativo produzido na esfera política e que se dispõe a apresentar as “aprendizagens essenciais” necessárias para a formação dos estudantes. Ainda nessa perspectiva, Cadilhe e Carnin, retomando Silva (2010), utilizam o fetiche como metáfora para demostrarem o caráter fetichizante da BNCC, um material que se constitui apenas como uma lista de conteúdos, temas e autores, mas que acaba sendo compreendido por discentes, docentes e teóricos como algo imbuído de poderes transcedentais capaz de promover grandes mudanças na educação. Cabe, portanto, a esses indivíduos (alunos, professores e teóricos) desfetichizarem o currículo por meio da busca de uma relação mais equilibrada que os coloquem como indivíduos capazes de colocar o texto curricular em debate, objetivando ressignificá-lo e adaptá-lo ao espaço escolar e à formação docente.

Para concluir, destacamos que a leitura integral da obra “A BNCC e o ensino de línguas e literaturas” é essencial para acadêmicos e professores da Educação Básica e de nível superior que buscam orientar-se nessa sociedade repleta de informações superficiais e até mesmo equivocadas acerca de temas tão polêmicos quanto os que circundam a Base Nacional Comum Curricular.

Ainda, a leitura do livro proporcionará ao leitor um conhecimento rico e diverso acerca do ensino de línguas e literaturas. Isso porque além de abordar uma ampla gama de temática relativas às práticas de ensino linguístico e literário, a obra em questão coloca em destaque reflexões inerentes aos fatores políticos, sociais e econômicos que influenciam os rumos e decisões tomadas no meio educacional, especificamente na elaboração de currículos escolares.

Em uma sociedade historicamente marcada por reformas educacionais realizadas de forma apressada e “de cima para baixo”, sem permitir o debate entre as partes afetadas por tais políticas públicas, o livro também abre espaço para a discussão de algumas questões

relevantes, tais como: a necessidade de proporcionar ao professor uma maior autonomia em suas práticas pedagógicas; a pertinência da realização de uma leitura crítica da BNCC; a proposição de uma adaptação curricular com base nas demandas da escola; o entendimento de que a produção e implementação de um documento curricular não solucionará todos os problemas do ensino brasileiro.

Submetido em: 06 de janeiro de 2024

Aceito em: 12 de junho de 2024